



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia e Gestão de Políticas Públicas -
FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE
TAGUATINGA –DF.**

MATHEUS LARA DE SOUZA

Brasília – DF
2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Sônia Nair Bão
Vice-Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior
**Diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade Economia e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues,
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Matheus Lara de Souza

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE
TAGUATINGA – DF.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília como um dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Contábeis.

Orientador:

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Linha de Pesquisa: Impacto da contab. na Sociedade

Área: Contab. Gerencial e Sistemas de controle

RESUMO

Acompanhando o crescimento no número total de empresas no Brasil o segmento das Micro e Pequenas empresas vêm aumentando a sua participação na economia nacional. De acordo com Sebrae (2014a) as MPE representaram 98,1% sobre o total de instituições em 2012 e contribuíram para geração de renda e postos de emprego. Apesar do crescimento numérico é possível observar um considerável índice de falência das MPE, sendo as falhas gerenciais uma das principais razões para o encerramento dos pequenos negócios (SEBRAE, 2007). No âmbito do processo decisório Marion (2000, p.9) afirma “frequentemente, os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão”. Nesse sentido o presente estudo tem por objetivo avaliar a utilização da informação contábil em Micro e Pequenas empresas. Com esse intuito, buscou-se desenvolver previamente os conceitos sobre contabilidade e MPE para em seguida avaliar a relação dos gestores com as informações contábeis. Dessa forma busca-se entender a afinidade dos empreendedores com a contabilidade, as suas demandas internas por informação e assim aperfeiçoar e ampliar a utilização da contabilidade. A pesquisa de campo foi realizada nas Avenidas Comercial Norte e Sandu Norte de Taguatinga-DF através da aplicação de questionário (Apêndice 1) em uma amostra não probabilística de 50 empresas.

Palavras chave: Contabilidade gerencial. Contabilidade financeira. Micro e pequenas empresas.

LISTA DE SIGLAS

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas do IBGE

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DNRC – Departamento Nacional de Registro do Comércio

EPP – Empresas de Pequeno Porte

IR – Imposto de Renda

LCP – Lei Complementar

‘ME – Microempresas

MEI – Microempreendedores Individuais

MPE – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RFB – Receita Federal do Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do universo de empresas no país

Tabela 2 – Distribuição das MPE

Tabela 3 – Experiência como empresário.

Tabela 4 – Finalidade das informações contábeis

Tabela 5 – Disponibilidade dos relatórios contábeis.

Tabela 6 – Sistemas de controles utilizados em MPE

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dificuldades no gerenciamento da empresa - empresas ativas. Razões para o fechamento da empresa - empresas extintas (estimulada)

Gráfico 2 – Fluxo da informação contábil

Gráfico 3 – Centralização da Gestão

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Especificidades das micro e pequenas empresas

Quadro 2 – Comparação entre contabilidade financeira e gerencial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taguatinga Norte (Avenidas Comercial e Sandu Norte)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Problematização.....	09
1.2 Questão de pesquisa.....	10
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Objetivos.....	11
1.5 Delimitação.....	11
1.6 Organização do trabalho.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Definição de micro e pequena empresa.....	13
2.1.1 <i>Pela receita bruta anual.....</i>	<i>14</i>
2.1.2 <i>Pelo número de empregados.....</i>	<i>15</i>
2.1.3 <i>Pela orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.....</i>	<i>16</i>
2.2 Micro e pequena empresa no Brasil.....	16
2.2.1 <i>Evolução das MPE.....</i>	<i>17</i>
2.2.2 <i>Relevância econômica</i>	<i>18</i>
2.2.3 <i>Características gerais das MPE.....</i>	<i>18</i>
2.2.4 <i>Fatores condicionantes e taxa de sobrevivência.....</i>	<i>19</i>
2.3 Contabilidade como fonte de informação.....	22
2.3.1 <i>Usuários da informação contábil.....</i>	<i>23</i>
2.3.2 <i>Desenvolvimento conceitual.....</i>	<i>23</i>
2.3.3 <i>Características qualitativas – CPC PME.....</i>	<i>24</i>
2.3.4 <i>Demonstrações Contábeis – CPC PME.....</i>	<i>25</i>
2.3.5 <i>Contabilidade Gerencial.....</i>	<i>25</i>
2.4 A Contabilidade nas Micro e pequenas empresas.....	29
2.4.1 <i>Estudos sobre a realidade das MPE</i>	<i>29</i>
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Tipologia da pesquisa.....	32
3.2 Pesquisa de campo.....	32
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	34
4.1 Perfil das empresas.....	34
4.2 Perfil dos gestores.....	35

4.3 Nível de utilização da contabilidade.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE 1 – Questionário utilizado na pesquisa para captação de dados.....	47

INTRODUÇÃO

O perfil das empresas brasileiras têm sofrido constantes mutações no que refere ao número de organizações e ao porte dessas. Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae (2014a), entre 2009 e 2012, o número de empresas existentes subiu de 4.950.291 para 8.905.624, representando um crescimento de 79,9% no período. Nesse mesmo intervalo, o segmento abrangido pelos Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) evoluiu de 97,4% para 98,1% sobre o total de instituições.

Além de representar maior parcela no número de empresas existentes, os pequenos negócios possuem forte influência sobre a economia, contribuindo para a geração de renda e empregos. De acordo com Sebrae (2014b), as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (doravante MPE) contribuíram com 70% dos empregos formais no comércio e atingiram a participação de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2011.

No Distrito Federal, a pesquisa Vox Populi (2005) indicou que dentre as 400 empresas entrevistadas 32% geravam de 4 a 9 postos de emprego com carteira assinada e que 28% possuíam um faturamento bruto anual de até R\$ 60.000,00.

1.1 Problematização

O estudo sobre os fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e fechamento das micro e pequenas empresas no Brasil, Sebrae (2007), revelou que de 2002 a 2005, houve melhoria no percentual de MPE que sobrevivem aos dois primeiros anos, subindo de 51% em 2002 para 78% em 2005. Ainda de acordo com a pesquisa, os fatores determinantes para o êxito das MPE no período foram à melhoria do ambiente econômico e maior qualidade empresarial. Entretanto, as principais razões apontadas pelos empresários que encerram as atividades em 2005 estão às falhas gerenciais e causas econômicas conjunturais (SEBRAE, 2007).

Para o Conselho Federal de Contabilidade e Sebrae (2002) o empresário necessita de informações para a tomada de decisões. A contabilidade oferece dados formais, científicos e universais, que permitem atender essa necessidade. Todavia é possível observar que a contabilidade nos pequenos negócios muitas vezes é utilizada apenas para atendimento tributário. De acordo com Silva (2010), criou-se no Brasil um entendimento equivocado

dentro das MPE de que a contabilidade atua com o intuito de fornecer informações ao fisco, ideia que ganhou força devido à simplificação das informações solicitadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) para os pequenos negócios.

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, as MPE optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações. Apesar de conceber um regime tributário simplificado, a opção de tributação pelo Simples Nacional não exclui a obrigatoriedade de escrituração contábil, nem a necessidade de informação por parte das empresas em seu processo decisório.

O Conselho Federal de Contabilidade e Sebrae (2002), ainda mencionam:

Uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento. Impossibilitada de elaborar demonstrativos contábeis por falta de lastro na escrituração, por certo encontrará grandes dificuldades em obter fomento creditício em instituições financeiras ou de preencher uma simples informação cadastral.

De acordo com Marion (2012), Stroehrer (2005) e Albuquerque (2011) os pequenos negócios, em sua maior parte, buscam as informações contábeis visando o atendimento legal, sendo utilizada com pouca frequência para outros fins.

1.2 Questão de pesquisa

De acordo com a situação descrita observa-se nas MPE um relacionamento estreito com a contabilidade. Nesse sentido coloca-se o seguinte questionamento: Qual a utilidade das informações contábeis para o gestor de micro e pequenas empresas em Taguatinga – DF?

1.3 Justificativa

Nesse contexto é relevante observar o nível de utilização da contabilidade nas MPE de forma a perceber (analisar em que medida) se as informações geradas extrapolam as necessidades legais e atingem a administração empresarial, contribuindo dessa maneira com a redução da mortalidade dos pequenos negócios. Sebrae (2007) levanta que cerca de 40% dos empresários procuram os contadores para assessorá-los no gerenciamento empresarial, indicando a necessidade dos empreendedores por informações contábeis.

Entende-se que independente do porte da empresa, a contabilidade é vital para a continuidade da atividade empresária. Marion e Soares (2000, p. 9) definem a contabilidade como “o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”.

A obrigatoriedade em se constituir e manter um sistema de contabilidade posiciona o contabilista dentro da empresa do início ao fim de suas atividades. Considerando o número das MPE em atividade, o segmento constitui a principal clientela dos contadores e escritórios de contabilidade (SILVA, 2015).

De acordo com Carneiro e Dal'Agnol (2005, p. 18) “o contabilista é, de fato, o primeiro consultor da maioria dos novos empreendimentos, principalmente, em razão da obrigatoriedade das empresas em possuir a contabilidade, que é imposta aos empresários por força de lei.”

Por serem as principais demandantes dos serviços contábeis, a compreensão sobre a consultoria adequada nas MPE e a própria atuação do contador dentro dessas empresas “poderá ajudar a categoria, as entidades de classe e os educadores da área a se prepararem para explorar as oportunidades dessa atividade e aumentar o prestígio e a eficácia social da profissão” (SILVA, 2015, p. 14).

1.4 Objetivos

O objetivo geral desse estudo é avaliar o nível de utilização da contabilidade em MPE. Com esse intuito delimitou-se os objetivos específicos da seguinte forma:

- Apresentar as definições de MPE
- Compreender a relevância dos pequenos negócios na economia nacional;
- Investigar as principais razões para a mortalidade das MPE;
- Avaliar a percepção do gestor quanto à importância da contabilidade;
- Compreender as formas de controle utilizado nas empresas;

1.5 Delimitação

A revisão bibliográfica desenvolvida tem por objetivo apresentar o tratamento literário sobre o tema, bem como identificar fatores comuns as MPE através da análise de estudos semelhantes.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista com a utilização de questionário estruturado aplicado na cidade satélite de Taguatinga, especificamente nas Avenidas Comercial norte e Sandu norte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desse estudo é composto pelo conjunto de publicações emitidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o arcabouço legal brasileiro que contempla as MPE. Utilizamos também estudos e pesquisas realizados pela comunidade acadêmica referente aos pequenos negócios de forma a percebermos o tratamento literário sobre o tema.

As pesquisas realizadas pelo Sebrae são largamente utilizadas devido a forte contribuição da entidade em descrever a realidade das MPE e portanto apresenta grande quantidade de informações sobre o segmento.

2.1 Definição de micro e pequena empresa

A definição de micro e pequena empresa geralmente variam de acordo com a perspectiva e finalidade do observador. Nesse sentido, Queiroz (2005, p. 18) afirma que “diversos critérios têm sido usados para qualificar as MPE’s quanto ao porte, dependendo do objeto de segmentação, patrimônio líquido, número de empregados e faturamento são alguns usados.”.

De acordo com Leone (1991) as tentativas em solucionar o problema da definição de MPE adotaram três caminhos diferentes; quantitativo, qualitativo ou pela combinação de ambos. Leone (1991, p. 54) descreve ainda os critérios da seguinte forma:

Os critérios quantitativos são critérios econômicos. Existe uma estreita correspondência entre os fenômenos econômicos e os sociais. Os critérios econômicos, ao conceituarem as pequenas empresas, ajudam a explicar o seu comportamento social. Do mesmo modo, os critérios qualitativos, de natureza mais social, quase sempre explicam o comportamento econômico das empresas. Os critérios econômicos têm outras vantagens, no entanto. Eles é que determinam o porte das empresas e são fáceis de coletar.

Não há concordância sobre a delimitação das MPE. Verifica-se a utilização de diversos critérios para a definição do segmento por parte da legislação específica, instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor. “A utilização de conceitos heterogêneos decorre do fato que a finalidade e os objetivos das instituições que promovem seu enquadramento são distintos (regulamentação, crédito, estudos, etc.)” (ERCOLIN, 2007, p. 76).

Nesse sentido Albuquerque (2011, p. 37) afirma que “no Brasil não existe um conceito único para classificar as MPEs. Ocorrem divergências tanto em nível legal, quanto em órgãos de apoio como o Sebrae, BNDES e IBGE.”

A classificação das empresas pelo porte pode variar também “dependendo da atividade empresarial (se indústria, comércio ou serviço) ou até mesmo de sua localização geográfica.” (BARROS SOBRINHO, 2001, p. 13).

Para Silva (2010, p. 23), “a classificação de micro e pequena empresa pode ser caracterizada, principalmente, sob dois enfoques: o número de empregados que a empresa possui ou a sua receita bruta anual”.

2.1.1 Pela receita bruta anual

No Brasil, a preocupação em incentivar a iniciativa empreendedora e ampliar a formalização das empresas, está assinalada no conjunto de leis que estabeleceram o tratamento diferenciado para as empresas de acordo com o seu tamanho e geralmente definem o porte das empresas segundo sua receita bruta anual.

A primeira definição legal de MPE aparece no Decreto-lei nº 1.780/80 que concedia isenção de imposto de renda às empresas de pequeno porte, não existindo ainda o conceito de Microempresa. A condição para o enquadramento segundo seu art. 1º era a realização de receita bruta igual ou inferior ao valor nominal de 3.000 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Posterior ao DL 1.780/80 podemos citar as seguintes leis que abordam o tratamento favorecido as MPE:

- **Lei nº 7.256/84** – Estabelece Normas Integrantes do Estatuto da Microempresa, Relativas ao Tratamento Diferenciado, Simplificado e Favorecido.
- **Constituição Federal de 1988 – Art. 179.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
- **Lei nº 8.864/94** – Estabelece normas para as microempresas (ME), e Empresas de Pequeno Porte (EPP).
- **Lei nº 9.317/96** – Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.
- **Lei nº 9.841/99** – Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

- **Lei Complementar nº 123/2006** – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Atualmente a definição legal de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte é feita pela LCP 123/2006 da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito.

Já o critério de classificação utilizado pelo BNDES (2016) na concessão de linhas de crédito específicas para MPE utiliza o conceito da Receita Operacional Bruta (ROB) através dos seguintes critérios:

- Microempresa – menor ou igual a R\$ 2,4 milhões;
- Pequena empresa – maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões;
- Média empresa – maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões;
- Média-grande empresa – maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;
- Grande empresa – maior que R\$ 300 milhões.

2.1.2 Pelo número de empregados

As MPE podem também ser classificadas pelo número de empregados ou pessoas ocupadas na empresa, sendo comum a utilização desse padrão em estudos e pesquisas.

O Sebrae (2014b) por exemplo, aplica o seguinte padrão de definição:

- Microempresa:
Indústria e na construção civil – até 19 empregados
Comércio e serviços – até 9 empregados
- Pequena empresa:
Indústria e na construção civil – de 20 a 99 empregados
Comércio e serviços – de 10 a 49 empregados
- Média empresa:
Indústria e na construção civil – de 100 a 499 empregados

Comércio e serviços – de 50 a 99 empregados

- Grande empresa:

Indústria e na construção civil – acima de 500 empregados

Comércio e serviços – acima de 100 empregados

Apesar de fundamentar a classificação de micro e pequenas empresas pelo valor da receita bruta, o IBGE (2001) a título de observar a demografia das empresas utiliza os seguintes critérios:

- Microempresa – empresa com até 5 pessoas ocupadas

- Pequena empresa – empresa com 6 a 19 pessoas ocupadas

- Médias e grandes empresas - empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas.

2.1.3 Pela orientação do CPC PME

O Pronunciamento Técnico PME (CPC PME, 2009) que orienta a contabilidade para pequenas e médias empresas não utiliza o conceito de Microempresas, define apenas as pequenas e médias empresas como entidades que não tem obrigação pública de prestação de contas e que elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. O critério de classificação das empresas pela obrigatoriedade da publicação das demonstrações, proposta pelo pronunciamento, corrobora com a relação existente entre a Contabilidade e o seus usuários.

Segundo o CPC PME (2009, p. 5):

As PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais.

As demonstrações para fins gerais descritas pelo pronunciamento podem não ser totalmente conciliáveis com as exigências legais ou outros fins específicos. “Uma forma de compatibilizar ambos os requisitos é a estruturação de controles fiscais com conciliações dos resultados apurados de acordo com este Pronunciamento e por outros meios” (CPC PME, 2009, p. 5).

2.2 Micro e pequena empresa no Brasil

O crescimento do número de MPE no Brasil está intimamente relacionado com o desenvolvimento da economia do país. Em concordância com essa ideia, IBGE (2003) afirma que com a desaceleração da economia na década de 80 as MPE começaram a ser consideradas uma alternativa para a ocupação da mão-de-obra excedente, surgindo as primeiras medidas para incentivar a abertura dos pequenos negócios.

Dessa forma, a partir da década de 80, observa-se por parte do governo federal esforços no sentido de desburocratizar, simplificar o sistema de tributação, conceder linhas de créditos próprias e até mesmo o favorecimento para MPE em compras públicas.

Para Nunes, Miranda e Ferreira (2010, p. 50) “Com a evolução desse segmento surgiram mais iniciativas do setor público e privado com o propósito de estimular de forma mais concreta a abertura destas empresas, como leis, incentivos através de financiamentos, sindicatos e etc.”

Entretanto a simplificação das solicitações legais concebeu aos empresários brasileiros uma visão distorcida quanto à relevância das informações contábeis. “Para alguns segmentos da economia e, principalmente para as MPEs, onde tem a característica de atender principalmente as exigências do fisco, perdendo, portanto, seu potencial para auxílio na gestão das empresas” (PALMA, 2005, p. 38).

2.2.1 Evolução das MPE

Pode-se afirmar que o crescimento do número de MPE no Brasil está associado com a conjuntura econômica, com o aperfeiçoamento das práticas empresariais e ao incentivo fornecido pelo governo, o que contribui não só com a formalização e abertura de novos estabelecimentos como também para a manutenção desses.

Segundo Sebrae (2014a), no período de 2009 a 2012, o crescimento do número de MPE ocorreu da seguinte forma:

Tabela 1 – Evolução do universo de empresas no país

Porte	2009	2010	(2010/2009)	2011	(2011/2010)	2012	(2012/2011)	(2012/2009)
ME	4.113.929	4.769.078	15,9%	4.940.321	3,6%	5.152.562	4,3%	25,2%
EPP	660.594	791.073	19,8%	891.659	12,7%	945.070	6,0%	43,1%
Total MPE	4.774.523	5.560.151	16,5%	5.831.980	4,9%	6.097.632	4,6%	27,7%
MEI	47.987	793.799	1554,2%	1.664.447	109,7%	2.640.400	58,6%	5402,3%
MGE	127.781	148.977	16,6%	159.908	7,3%	167.592	4,8%	31,2%
Total de empresas	4.950.291	6.502.927	31,4%	7.656.335	17,7%	8.905.624	16,3%	79,9%

Fonte: (adaptado de SEBRAE, 2014a).

É válido observar que as LC 139/11 e LC 155/16 elevaram os parâmetros de enquadramento das MPE ampliando dessa forma o universo composto pelos pequenos negócios, de maneira que para se avaliar o crescimento do número de pequenos negócios optantes pelo Simples deve-se considerar as alterações nos parâmetros de enquadramento.

O estudo também constatou que 68% das ME e 71% das EPP optaram pelo Simples como regime de tributação em 2012, o que demonstra a adesão das empresas ao modelo simplificado.

As empresas optantes pelo Simples Nacional registraram aumento nos faturamento médio anual entre 2011 e 2012, entretanto deve-se observar novamente o impacto das alterações nos parâmetros de enquadramento das MPE. “Esses aumentos podem ser atribuídos às elevações dos tetos da receita bruta anual, de 50%, para esses portes de empresas, que entraram em vigor a partir de 2012 (Lei Complementar 139/11)” (SEBRAE, 2014a, p. 40)

2.2.2 Relevância econômica

As MPE contribuem para a economia nacional através da geração de renda e postos de emprego. Cooperam também para uma melhoria no nível de competição de mercado afetando o sistema de produção brasileiro como um todo.

De acordo com IBGE (2003, p. 15):

Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de “colchão” amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte.

Conforme apresentado pelo Sebrae (2014b), com relação ao pessoal ocupado, as MPE geraram em 2011 um total de 44,1% dos postos em serviços, 67,9% no comércio e 41,5% na indústria. A pesquisa acrescenta ainda que o valor adicionado do segmento na economia nacional foi de 27%. No mesmo ano, as MPE representavam 76,2% do total de empresas contribuindo para a diversificação na atividade empresária, o que por consequência aumenta o nível de competição do mercado.

A criação de novos postos de trabalho e acréscimo na renda por meio do fortalecimento das MPE tem se consolidado como alternativa a ser implementada nos países em desenvolvimento, “sobretudo quando considerada a fragilidade dos governos para continuar empreendendo políticas econômicas convencionais e políticas sociais compensatórias” (CUNHA; SOARES, 2010, 19 p.).

2.2.3 Características gerais das MPE

O IBGE (2003, p. 19) elencou as seguintes características gerais de micro e pequenas empresas brasileiras:

- baixa intensidade de capital;
- altas taxas de natalidade e de mortalidade;
- demografia elevada;
- forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios;
- poder decisório centralizado;
- estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica;
- registros contábeis pouco adequados;
- contratação direta de mão-de-obra;
- utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada;
- baixo investimento em inovação tecnológica;
- maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro;
- relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Entende-se que os pequenos negócios por sua natureza indicam uma maior restrição a recursos. Dessa forma é comum a utilização de mão-de-obra familiar e assimilação do processo decisório pelo proprietário da empresa.

Segundo Miglioli (2006, p. 43)

Cabe destacar que independentemente das etapas do processo decisório, a administração de qualquer empresa, principalmente as de pequeno porte, está diretamente relacionada à capacidade e habilidade de se tomadores de decisão. A condução de uma empresa só é possível graças às inúmeras decisões tomadas por esses profissionais, os quais na pequena empresa, geralmente são os próprios dos da empresa, muitas vezes assessorados por seus familiares e/ou amigos (sócios).

Para Leone (1999) as características das pequenas empresas podem ser segregadas em especificidades organizacionais, decisoriais e individuais.

Quadro1 – Especificidades das micro e pequenas empresas.

Organizacional	Decisional	Individual
<ul style="list-style-type: none"> - Pobreza de recursos - Gestão centralizada - Situação extra org. incontrolável - Fraca maturidade organizacional - Fraqueza das partes no mercado - Estrutura simples e leve - Ausência da atividade de planejamento formal - Fraca especialização - Estratégia intuitiva e pouco formal. - Sistema de informações simples 	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisão intuitiva - Horizonte temporal de curto prazo - Inexistência de dados quantitativos - Alto grau de autonomia decisional - Racionalidades econômica, política e familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - Onipotência do proprietário-dirigente - Identidade entre pessoa física e pessoa jurídica - Dependência ante certos empregados - Influência pessoal do proprietário-dirigente - Simbiose entre patrimônio social e patrimônio pessoal - Propriedade dos capitais - Propensão a riscos calculados

Fonte: (LEONE, 1999).

2.2.4 Fatores condicionantes e taxa de sobrevivência

Sebrae (2007) revelou melhoria significativa na taxa de sobrevivência das MPE brasileiras. De acordo com o estudo, “o percentual de empresas de pequeno porte que sobrevive pelo menos dois anos passou de 50,6% em 2002 para 78% em 2005, ou seja, 27,4% a mais de MPE permanecem em atividade (SEBRAE, 2007, p. 14)”. Parte do sucesso das

MPE foi atribuído a melhoria na qualificação e experiência dos empresários sendo que 79% apresentavam curso superior, 51% com experiência na iniciativa privada e 60% com algum conhecimento do ramo de negócio.

A pesquisa realizada pelo Sebrae (2007) utilizou como fonte de dados para a amostragem a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Cadastro Central de Empresas do IBGE (Cempre), o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e dados coletados nas Juntas Comerciais dos Estados. Apresenta dessa maneira um conjunto de informações uteis para o entendimento da realidade dos pequenos negócios.

O levantamento das principais dificuldades gerenciais e as principais razões para o encerramento das empresas é descrito pelo Sebrae (2007) da seguinte forma:

Gráfico 1 – Dificuldades no gerenciamento da empresa - empresas ativas. Razões para o fechamento da empresa - empresas extintas (estimulada)

%	2003	2004	2005
Políticas Públicas e arcabouço legal	71	74	73
Carga tributária elevada	61	62	65
Falta de crédito bancário	21	26	22
Problemas com a fiscalização	18	27	16
Causas econômicas conjunturais	8	10	7
Concorrência muito forte	9	2	7
Inadimplência/maus pagadores	68	70	69
Recessão econômica no país	54	60	62
Falta de clientes	24	35	35
Falhas gerenciais	24	24	25
Falta de capital de giro	26	29	28
Problemas financeiros	22	28	19
Falta de conhecimentos gerenciais	14	26	26
Ponto/local inadequado	21	7	18
Desconhecimento do mercado	27	22	22
Qualidade do produto/serviço	58	34	27
Logística operacional	58	60	55
Falta de mão-de-obra qualificada	69	75	68
Instalações inadequadas	40	45	39
Não enfrenta nenhuma dificuldade	36	52	37
Outras	20	21	18
NS/NR	11	33	25
	11	11	10
	19	12	13
	7	7	6
	13	15	19
	5	5	4
	12	6	11
	2	2	3
	0	6	4
	31	32	36
	21	17	21
	27	29	33
	12	10	16
	5	5	6
	10	7	6
	5	3	4
	0	0	0
	5	6	4
	0	0	0
	3	4	3
BASE EMPRESAS ATIVAS	902	1.052	6.726
BASE EMPRESAS EXTINTAS	180	127	446

Fonte: (SEBRAE, 2007).

Segundo a pesquisa a principal dificuldade assinalada pelos empresários com empresas em atividade são complicações com políticas públicas e arcabouço legal, seguido pela carga tributária e causas econômicas conjunturais.

Entretanto, na percepção dos empresários que encerraram as atividades no mesmo ano, o principal motivo para o fechamento das empresas foi relacionado às falhas gerenciais. A falta de crédito bancário, inadimplência (maus pagadores), falta de capital de giro e problemas financeiros também foram listados como fatores de grande impacto e sinalizam as complicações encontradas no gerenciamento financeiro dentro das micro e pequenas empresas.

Devido ao contraste gerado pela correspondência da qualificação dos empresários com a indicação das falhas gerenciais como fator maior para o encerramento das empresas é presumível uma possível deficiência de informações no processo decisório. Sendo a contabilidade a fonte primordial de informações concernente à formação econômica, financeira e patrimonial das entidades é necessário que se avalie a sua utilização em MPE.

De acordo com Albuquerque (2011, p. 59):

A utilização do *feeling* pela maioria dos gestores, combinado com a baixa utilização de recursos, indicadores e relatórios disponíveis na Contabilidade, como por exemplo, o controle de estoques, cálculo do preço de venda, índices de liquidez, de estrutura de capitais e de rentabilidade, que evidenciam os aspectos relacionados à situação econômica e financeira, traduzem-se como prováveis fatores responsáveis pelo alto índice de mortalidade das MPE.

A relação dos empresários com a informação contábil tem se mostrado problemática nas MPE, o que agrava o problema com falhas gerenciais. Stroehrer (2005, p. 15) afirma que os empresários associam a contabilidade ao cumprimento fiscal e dessa forma acabam “relacionando o contador a questões tributárias, como mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle, e outras atribuições básicas da função administrativa”.

Santos *et al* (2016, p. 158) corrobora com essa ideia:

Os proprietários das pequenas empresas atribuem à contabilidade o excesso de burocracia e a arrecadação de tributos. Justifica-se este pensamento em função de que os gestores dos escritórios de contabilidade procuram especializar-se nos aspectos fiscais e oferecer auxílio nessa área, deixando de fornecer informações relativas à gestão da empresa.

Conforme registrado pelo IBGE (2003) os pequenos negócios geralmente apresentam registros contábeis inadequados e baixo investimento em inovação tecnológica, comprometendo dessa forma os sistemas de informação das empresas. A percepção distorcida sobre as atribuições da contabilidade contribui com esse quadro, interferindo negativamente em sua escolha como fonte de informação para tomada de decisão.

Para Boaventura (2003, p. 21) “os investimentos em tecnologia e qualificação profissional, entre outros fatores que envolvem a gestão das organizações tendem a ser

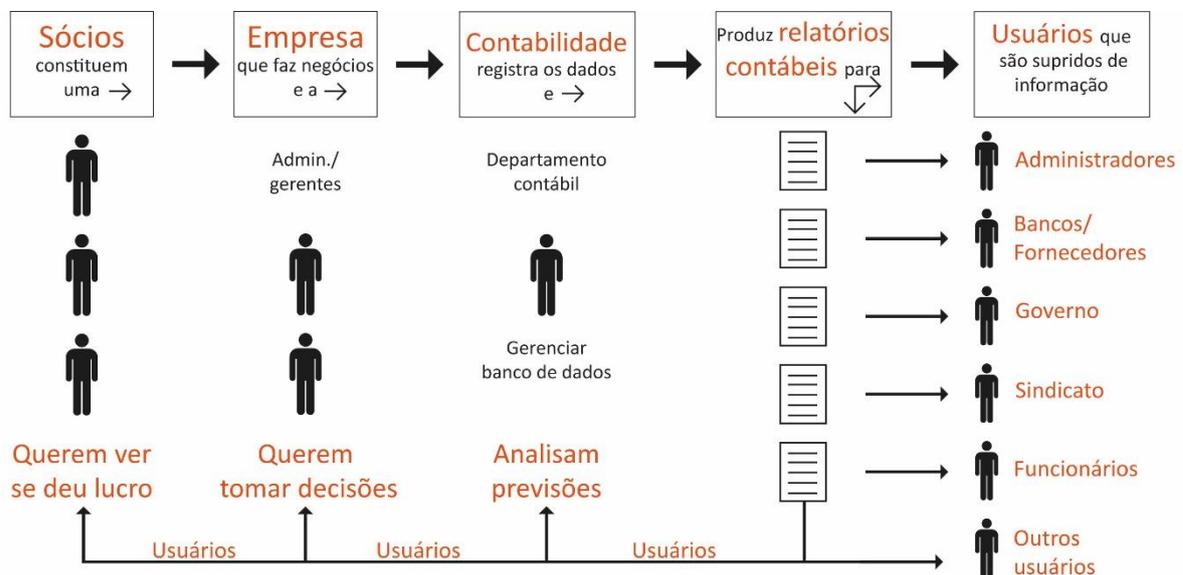
proporcionais ao seu porte e poder de geração de recursos”. Porém, a necessidade de informações úteis para a tomada de decisões independe do porte da empresa.

Desse modo entende-se que o acesso à informação útil é um gargalo no processo decisório das micro e pequenas empresas.

2.3 Contabilidade como fonte de informação

Para Marion (2009, p. 28) “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.”

Gráfico 2 – Fluxo da informação contábil



Fonte: (MARION, 2009 p. 27).

Para Boaventura (2003) a informação contábil tem por objetivo processar os dados apresentados pelas empresas e converte-los em informações de natureza econômica, apresentando demonstrações financeiras e relatórios gerenciais para a elucidação dos problemas ou tomada de decisão.

Dessa forma entendemos que a finalidade principal da contabilidade é transformar os dados gerados pela atividade empresarial em informação útil. Nesse sentido a contabilidade visa descrever metodicamente as condições financeiras, econômicas e patrimoniais da empresa. Para Albuquerque (2011, p. 19), “dentro os instrumentos necessários para a tomada de decisões, têm-se as informações contábeis, que comportam os aspectos qualitativos, focados na funcionalidade da composição patrimonial e quantitativos, voltados para a medição dos valores monetários.”

Para que se possa efetuar uma gestão adequada dos recursos da empresa (financeiros, materiais e humanos) a contabilidade deve cumprir sua missão em plenitude, fomentando a administração com informações úteis e oportunas (PALMA, 2005)

Segundo Silva (2010 p. 24) “na atual e denominada era da informação, é de suma importância poder avaliar como as informações produzidas pelo sistema de contabilidade estão sendo recebidas pelos micro e pequenos empresários, ou seus gestores, para entender suas necessidade no processo gerencial de suas empresas”.

2.3.1 Usuários da informação contábil

O termo usuário da informação contábil se refere a qualquer pessoa, física ou jurídica, que possua interesse na avaliação da situação e do progresso da entidade (OLIVEIRA; MÜLLER E NAKAMURA, 2000)

Para Silva (2010) “a finalidade principal da contabilidade é prover de informações os diversos usuários da ciência contábil para que possam tomar suas decisões, cada qual dentro dos seus respectivos objetivos”.

A distinção entre usuários internos e externos é necessária, pois cada grupo possui necessidades pessoais por informação e sua própria perspectiva da entidade. A rigor, todos os usuários observam o objeto de forma pessoal e busca informações a seu respeito de forma conveniente, percebendo e influenciando a contabilidade de forma única.

2.3.2 Desenvolvimento conceitual

Nesse contexto, o desenvolvimento da contabilidade está intimamente ligado as necessidades do usuário sendo constantemente moldada frente às novas necessidades.

Segundo Fipecafi (2013, p. 1), por exemplo:

A contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação de Imposto de Renda. Esse fato, ao mesmo tempo que trouxe à Contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limitou a evolução dos Princípios fundamentais de Contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção prática de princípios contábeis adequados, já que a Contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas de legislação fiscal, os quais nem sempre se baseavam em critérios contábeis corretos.

É indicado ainda a importância da Lei das Sociedades por Ações (L 6.404/76) como fator dissociativo entre o regime do Imposto de Renda (IR) e a contabilidade efetiva, estabelecendo os preceitos da legislação comercial, da própria Lei das S.A. e os princípios de contabilidade geralmente aceitos como orientação para a escrituração contábil das empresas.

Nesse sentido, denota-se a importância da evolução do mercado de capitais no desenvolvimento da contabilidade (FIPECAFI, 2013).

Em paralelo as perspectivas fiscais e acionária, a contabilidade gerencial vem se desenvolvendo devido à necessidade das empresas em manter a competitividade. Monteiro e Barbosa (2011, p. 40) afirmam que “a sobrevivência das empresas depende cada vez mais de uma gestão subsidiada de informações gerenciais eficientes e precisas para o desempenho das mesmas, que tornem o processo de tomada de decisão o mais racional possível.”

Para Motta (2000, p. 84) “as empresas brasileiras estão inseridas em um contexto de grande competitividade, onde qualidade e custos são fatores importantes para a sobrevivência, e para que isto ocorra as empresas devem se adequar para responder corretamente às exigências do mercado.”

Nesse sentido, Oliveira, Müller e Nakamura (2000, p. 3) expõem que “nos últimos tempos, a administração das empresas, dadas as contingências da própria vida em sociedade, tem se modificado tanto em tamanho quanto em complexidade, tornando a contabilidade cada vez mais um indispensável instrumento para sua segurança e desenvolvimento.”

Para Carneiro e Dall'Agnol (2005, p. 17) “emerge daí o contabilista, um potencial consultor em gestão, desde que devidamente preparado, como o agente capaz de contribuir de forma mais eficaz para a sobrevivência das empresas.”

2.3.3 Características qualitativas – CPC PME

De acordo com a estrutura conceitual apresentada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME, 2009), as informações contidas nas demonstrações contábeis devem apresentar qualidades que as tornem úteis aos usuários. Segundo o pronunciamento (CPC PME, 2009, p. 9-11), as principais características são:

- Compreensibilidade
- Relevância
- Materialidade
- Confiabilidade
- Primazia da essência sobre a forma
- Prudência
- Integralidade
- Comparabilidade
- Tempestividade
- Equilíbrio entre custo e benefício

Referente à compreensibilidade, os usuários das informações contábeis devem possuir um conhecimento razoável sobre economia, atividade empresarial e contabilidade. a

necessidade por compreensibilidade não permite que informações relevantes sejam omitidas com a justificativa que possam ser de entendimento difícil demais para alguns usuários.

2.3.4 Demonstrações Contábeis – CPC PME

As demonstrações contábeis para fins gerais de acordo com o CPC PME (2009, p. 9) “são aquelas direcionadas às necessidades de informação financeira gerais de uma vasta gama de usuários que não estão em uma posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.”

Dessa forma as demonstrações contábeis tem por finalidade fornecer a uma grande quantidade de usuários informações acerca da situação financeira, do fluxo de caixa e dos resultados das atividades da empresa (CPC PME, 2009)

Com esse intuito o CPC PME (2009, p. 24) estipula que o conjunto completo de demonstrações contábeis deve incluir:

- (a) balanço patrimonial ao final do período.
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação.
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes.
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação.
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação.
- (f) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

O pronunciamento não trata a respeito da apresentação de informações por segmentos, lucro por ações, ou demonstrações intermediárias. Caso a empresa apresente essas informações deve expor as bases de preparação e apresentação da informação (CPC PME, 2009).

2.3.5 Contabilidade Gerencial

Segundo Marion (2009, p. 28) “uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola, totalmente à deriva”. A utilidade da contabilidade dentro das empresas decorre não apenas da necessidade em se avaliar os recursos e obrigações da entidade como também indicar as alterações decorrentes das decisões tomadas pelo gestor.

Henrique (2008, p. 30) afirma que “Não existe possibilidade de a empresa funcionar e cumprir sua missão sem um sistema de informação que possa fornecer dados que a todo instante se fazem necessários, tendo em vista a continuidade do negócio e o fato da dinâmica das informações.”

Marion e Soares (2000, p. 9) complementam:

Frequentemente, os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio”. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão. Decisões tais como comprar ou alugar uma máquina, preço de um produto, contrair uma dívida a longo ou curto prazos, quanto de dívida contrairemos, que quantidade de material para estoque deveremos comprar, reduzir custos, produzir mais...

A orientação das informações contábeis para fins gerenciais é abrangida pela contabilidade gerencial. Para Iudícibus (2007, p. 21) “a contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se ‘encaixem’ de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador”. Dessa forma, a contabilidade gerencial é compreendida pela abordagem diferencial voltada unicamente para gestão e por isso é delimitada pelas necessidades do gestor.

Orientada aos usuários internos, a contabilidade gerencial permite que o gestor estabeleça o conjunto de informações dentro de suas necessidades, sendo útil para o processo de gestão e controle (BOAVENTURA, 2003).

Os métodos utilizados pela contabilidade gerencial são muitas vezes associados com os métodos da contabilidade financeira, sendo comum a utilização dos relatórios contábeis padronizados em ambos os casos. Porém cada método foi desenvolvido para propósitos e usuários distintos (AGUIAR FILHO, 2013).

A separação entre a contabilidade financeira e contabilidade gerencial por fim decorre do enfoque dado a determinado grupo de usuários, dessa forma as informações são processadas e apresentadas dentro das especificidades de cada grupo. Segundo Garrison, Noreen e Brewer (2013, p. 2) “a diferença fundamental entre os dois tipos é que a financeira atende às necessidades de quem está fora da organização (usuários externos), enquanto a gerencial atende às necessidades dos gerentes dentro da organização (usuários internos)”.

Quadro 1 – Comparação entre contabilidade financeira e gerencial
Contabilidade



Fonte: (GARRISON, 2013).

Para Padoveze (2007, p. 36) as técnicas aplicadas na contabilidade gerencial e na contabilidade financeira foram elaboradas com diferentes propósitos e usuários distintos. Entretanto, segundo o autor, existem “numerosas similaridades e áreas de sobreposição entre os métodos da contabilidade financeira e gerencial”.

Aguiar Filho (2013, p. 38) afirma também que “enquanto os relatórios da contabilidade financeira se destinam, por exemplo, aos acionistas e credores, que estão fora da organização, as informações contábeis gerenciais suprem, no âmbito interno, os administradores com informações relativas à análise de desempenho”. Desse modo a utilização da contabilidade gerencial é favorecida pelas necessidades do gestor.

Nesse sentido, a contabilidade gerencial utiliza a informação de forma espontânea e dentro das necessidades do administrador da empresa. Porém, a utilização da contabilidade gerencial nas MPE se mostra em segundo plano, para Carneiro e Dall'Agnol (2005, p. 19)

“apesar de já contarem com os serviços de um profissional de contabilidade, este pouco as auxilia na gestão, pois sua dedicação maior é para o atendimento às exigências burocráticas e fiscais das diversas esferas do poder público.”

A informação contábil é utilizada na administração da empresa caso seja desejada pelo gestor. Padoveze (2007, p. 45) complementa que “uma informação, mesmo que útil, só é desejável se conseguida a um custo adequado e interessante para a entidade. A informação não pode custar mais do que ela pode valer para a administração da entidade”.

Devido a relação de custo benefício da informação Padoveze (2007) deduz que é viável a utilização da contabilidade gerencial dentro das empresas, entretanto é necessário o desenvolvimento de um Sistema de Informação Contábil.

Oliveira, Muller e Nakamura (2000) afirmam que a contabilidade como sistema de informação é caracterizada pelo registro das atividades da empresa em sua totalidade, formando assim um grande banco de dados sobre as transações ocorridas na entidade. Os dados apresentados pelo sistema são um instrumento precioso para o processo decisório e de controladoria.

Para Padoveze (2007), o sistema de Informação deverá estar completamente integrado ao sistema de Gestão Empresarial. Nunes, Miranda e Ferreira (2010, p. 52) reforçam:

Atualmente, muito se tem comentado sobre Sistemas de Informações Gerenciais, mostrando que a organização de uma empresa precisa ser baseada em pilares que sustentem toda a sua estrutura, e isso se torna possível com um adequado sistema integrado de informações que envolva todos os processos dentro da empresa, desde o planejamento até o controle das ações, envolvendo as pessoas, a empresa e a tecnologia

O sistema de gestão deve contribuir para que as decisões dos gestores cooperem para um bom desempenho da organização, contemplando o planejamento estratégico e operacional, execução e controle (ALBUQUERQUE, 2011).

Segundo Oliveira, Müller e Nakamura (2000, p. 4), “relativamente às pequenas empresas, há controles deficientes e falta de informações úteis para a tomada de decisão. Com isso, tem-se na Contabilidade o instrumento que, sendo bem utilizado suprirá a administração dessa necessidade básica”.

De acordo com Albuquerque (2011 p. 16):

O crescimento econômico e a forte competitividade refletem-se num aumento considerável no fluxo de informações disponíveis que tornam a gestão empresarial mais complexa, dificultando as tomadas de decisões, principalmente para as micro e pequenas empresas-MPEs, forçadas a adotarem técnicas de gestão especializada, a buscarem meios e ferramentas para obter êxito e a tomarem decisões estratégicas e operacionais, fatores essenciais para sua sobrevivência, crescimento e solidificação no mercado.

Corroborando com essa ideia, Boaventura (2003, p. 40) afirma “que a adoção de técnicas e métodos comprovadamente eficientes e destinados a auxiliar o desenvolvimento e maturação das pequenas empresas brasileiras contribuirá, gradativamente, para a redução da taxa de mortalidade das pequenas empresas”.

2.4 A Contabilidade nas Micro e pequenas empresas

As pesquisas realizadas sobre as MPE tem indicado que as empresas do segmento possuem um relacionamento estreito com a Contabilidade, apresentando por consequencia diversos problemas com a gestão. De acordo com Marion (2012, p. 26):

Observamos com certa frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc... fatores esses que sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto descendo a fundo em nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa nessas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender às exigências fiscais.

A crítica deve ser feita sobre a utilização limitada da contabilidade e da área financeira. Para Oliveira, Müller e Nakamura, (2000) A contabilidade tem sido encarada como um instrumento necessário tão-somente para atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não como um instrumento de apoio ao administrador para a tomada de decisões e controle.

2.4.1 Estudos sobre a realidade das MPE

Para Albuquerque (2004, p. 57) “Após o estudo das especificidades que influenciam as ações e decisões na pequena empresa, observa-se que as decisões normalmente são tomadas com base na intuição e experiência do empresário dirigente”. A utilização do *feeling* e controles internos próprios é recorrente nas MPE e geralmente está associado a experiência do gestor, que em muitos casos é o proprietário da empresa.

Leone (1999, p. 92) menciona que:

As pequenas e médias empresas foram identificadas como sendo mais centralizadas, com estrutura organizacional simples, necessitando de quantidade menos de unidades ou fundações administrativas. Em razão de suas características naturais, essas empresas não apresentam condições que lhes permitam conservar uma estrutura administrativa sofisticada. Tal estrutura não é desejada por elas em virtude da complexidade e do custo da mesma; por isso, adotam estruturas simples e de menor custo que respondem

de maneira apropriada às suas fracas necessidades, levando em consideração as exigências momentâneas dos proprietários, de suas famílias e dos empregados.

Silva (2010) pondera a possibilidade das MPE adotarem um modelo de gestão para auxiliar o processo decisório, que mesmo não atendendo a todos os requisitos conceituais, haveria pelo menos a possibilidade de desenvolver as funções básicas de administração.

A adequação da empresa frente à carência de informações e conhecimentos técnicos se traduz no *feeling* e em controles próprios do gestor. Hall *et al* (2012) registraram que os empresários das MPE do comércio de vestuário de Dourados-MS utilizam as ferramentas contábeis adaptando-as a sua realidade, entretanto de forma limitada.

Stroeher (2005, p. 136) observou em seu estudo que boa parte das empresas entrevistadas, recebiam apenas “informações legais, fiscais e burocráticas, que contribuem muito pouco para a gestão desses empreendimentos. Constatou também uma relação estreita entre os contadores e os proprietários de pequenas empresas no que se refere ao fluxo de informações demandadas pelo processo de gestão.

De acordo com Queiroz (2005, p. 116) a pesquisa de campo realizada em 143 MPE's da região do Seridó do Rio Grande do Norte percebeu que os gestores buscavam suas próprias fontes de informação e conclui:

As informações contábeis recebidas não atendem integralmente as solicitações informativas dos gestores das MPE's do Seridó, e talvez por essa razão, eles não utilizam a informação contábil no momento de tomar decisões que refletirão na rentabilidade dos seus negócios. Destaca-se que os microempresários acompanham o progresso dos seus empreendimentos, servindo-se de controles simples e manuais, elaborados por eles ou por seus empregados, confrontando as entradas com as saídas de numerário, elaborando relatórios gerenciais e financeiros que comprovam a evolução da MPE's em relação ao tempo; eles confiam na sua capacidade empreendedora e na experiência desenvolvida, tomando decisões com base na experiência e na intuição.

Silva (2010) verificou que os gestores das MPE da Grande João Pessoa eram indiferentes quanto à utilização da contabilidade para fins gerenciais e afirma, “para a consecução do empreendimento, o gestor continua a tomar a suas decisões, com ou sem essa informação contábil”

Segundo Stroeher e Freitas (2008) em decorrência da baixa remuneração dos serviços contábeis e pela falta de conhecimento dos gestores a respeito da real utilidade da contabilidade, os contadores deixam de evidenciar o potencial que as informações contábeis têm na assessoria a gestão. Nesse sentido concluem que “caberia ao contador estreitar a aproximação, participar e conhecer mais a vida empresarial de seus clientes e demonstrar com

convicção a relevância da contabilidade para uma adequada gestão empresarial (STROEHER; FREITAS, 2008, p. 21)”

Com relação ao grau de instrução Carvalho e Lima (2011, p. 63), através de pesquisa realizada com 45 empresas do comércio de confecções da cidade de Sousa/PB, constatou “que existe pouca instrução entre os gestores, fato que supostamente pode estar influenciando a utilização de práticas de gestão como subsídio à decisão empresarial, posto que quanto maior for o grau de instrução maior será o conhecimento de práticas gerenciais”.

Para Santos, Dorow e Beuren (2016) as empresas entrevistadas demonstraram o perfil de gestão é centralizado no proprietário, que através da experiência pessoal e familiar executa a administração da entidade. “Em relação aos instrumentos gerenciais, observou-se que a maioria utiliza-se de controles operacionais, ao passo que as demonstrações contábeis não são utilizadas e os principais métodos de custeio são desconhecidos (SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016, p.178).”

Albuquerque (2011) verificou que as informações contábeis geralmente são utilizadas para o cumprimento da legislação, sendo pouco utilizada no sentido de auxiliar a tomada de decisões. Observou-se que apesar das MPE pesquisadas utilizarem largamente os relatórios contábeis, o processo de gestão está condicionado ao *feeling* dos empresários, mesmo com a disponibilidade das informações contábeis.

3 METODOLIGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2004, p. 46) “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros”. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada de forma a auxiliar a compreensão do leitor a respeito do tema e das abordagens utilizadas para descrevê-lo.

3.1 Tipologia da pesquisa

O presente estudo pode ser classificado primeiramente como pesquisa descritiva, porem, apresenta também características explicativas. Para Gil (1999) a pesquisa descritiva tem por objetivo a definição das características do objeto estudado e a relação entre suas variáveis, enquanto a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores determinantes do fenômeno observado.

Dentro desse enfoque foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo visando descrever os principais conceitos acerca da utilização da Contabilidade em MPE e indicar possíveis fatores determinantes para a realidade apresentada.

3.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo buscou traduzir a realidade estudada através de mensuração numérica, dessa forma pode ser classificada como uma pesquisa quantitativa. Foi realizada a aplicação de 50 questionários nas Avenidas Comercial Norte e Sandu Norte em Taguatinga DF, região comercial tradicional da cidade satélite e com forte concentração de pequenos empreendimentos. Os questionários foram aplicados nos dias 27 e 28 de outubro de 2016 entre 8:00 e 18:00 horas com seleção aleatória dos entrevistados.

O questionário buscou definir o perfil das empresas entrevistadas, bem como o perfil dos gestores dessas entidades e sua relação com a Contabilidade. Procurou-se compreender a percepção dos gestores quanto à relevância da informação contábil, avaliar a recepção dos relatórios financeiros e observar os controles utilizados nas MPE.

A análise estatística dos dados coletados foi feita através da observação de frequência, não sendo utilizadas ferramentas estatísticas complexas devido ao fato da amostra ser relativamente pequena.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados apresentados a seguir foram obtidos através da aplicação de questionário estruturado em 50 empresas nas Avenidas Comercial Norte e Sandu Norte em Taguatinga DF.

4.1 Perfil das empresas

O perfil delineado pela pesquisa mostrou que as empresas entrevistadas possuem em media 9 anos de mercado sendo 94% atuantes no comércio e 6% em serviços. A amostra descreve uma forte participação do comercio devido ao fato dos questionários terem sido aplicados nas Avenidas Comercial norte e Sandu norte, dois polos comerciais tradicionais de Taguatinga. A distribuição das MPE entrevistadas segundo a quantidade de empregados, receita bruta anual e modelo de tributação está descrito na tabela a seguir:

Tabela 2 – Distribuição das MPE

Str Econ	Quant. e de Empregados	Receita Bruta Anual	Lucro Presumido	Não Informado	Simple Nacional	Total
COMÉRCIO	Até 5 empregados	Até R\$ 60 mil	0	1	1	2
		Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil	0	3	22	25
		Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	0	0	2	2
	6 a 19 empregados	Até R\$ 60 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil	0	0	7	7
		Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	1	2	7	10
	20 empregados ou mais	Até R\$ 60 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	0	0	1	1
SERVIÇOS	Até 5 empregados	Até R\$ 60 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	0	0	0	0
	6 a 19 empregados	Até R\$ 60 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	0	1	1	2
	20 empregados ou mais	Até R\$ 60 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil	0	0	0	0
		Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	1	0	0	1
Total			2	7	41	50

Fonte: (Elaboração própria).

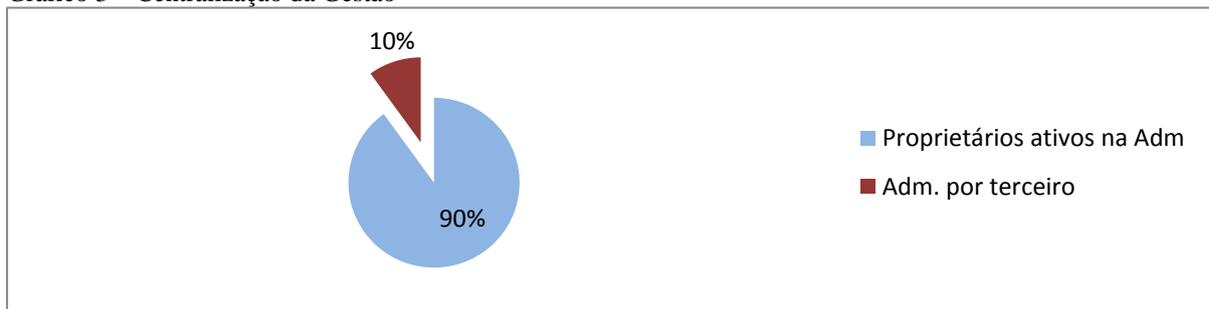
Quanto à demografia 58% possuem até 5 empregados, 38% apresentam de 6 a 19 empregados e 4% mais do que 20. O nível de empregos gerados pode ser relacionado ao porte das empresas, sendo 68% dos entrevistados enquadrados com Microempresas e 32% como Empresas de Pequeno Porte, de acordo com os parâmetros da LCP 123/2006.

O modelo de tributação com frequência foi o Simples, correspondendo a 82% das empresas, 4% optaram pelo o Lucro presumido e 14% não souberam responder.

4.2 Perfil dos gestores

O perfil dos gestores indicou que 90% dos proprietários são responsáveis pela administração da empresa a centralização das decisões na figura do proprietário. Apenas 10% dos entrevistados afirmaram delegar o processo de gestão a terceiros.

Gráfico 3 – Centralização da Gestão



Fonte: (Elaboração própria).

Os gestores apresentaram em media 13 anos de experiência no mercado onde a os respondentes apresentam entre cinco e dez anos de atuação como administradores.

Tabela 3 – Experiência como empresário.

Anos	Menos que 5	Entre 5 e 10	Entre 10 e 15	Entre 15 e 20	Mais que 20	Total
SIM	7	14	8	4	12	45
NÃO	3	2	0	0	0	5
Total	10	16	8	4	12	50

Fonte: (Elaboração própria).

4.3 Nível de utilização da contabilidade

Referente à finalidade das informações contábeis, todos os respondentes afirmaram utilizar os relatórios para atendimento legal, indicando o comprometimento dos

empreendedores em manter a regularidade fiscal. Apenas 42% dos entrevistados afirmaram utilizar as informações apresentadas pela contabilidade para fins da administração da empresa. Foi apresentado também que 4% utilizam os relatórios como referência para seus fornecedores e 4% utilizam junto aos bancos para análise de linhas de créditos, abertura de conta e demais operações bancárias.

Tabela 4 – Finalidade das informações contábeis

Finalidade dos Relatórios	Quantidade	%
Atendimento legal; Governo	50	100%
Fornecedores	2	4%
Administração da empresa	21	42%
Bancos	2	4%
Outros	0	0%

Fonte: (Elaboração própria).

Também foi demonstrado que 30% dos gestores consideram as informações contábeis muito relevantes no processo de gestão empresarial, 46% assinalaram com relevantes, e 24% se mostraram indiferentes quanto ao uso da contabilidade na administração.

Nesse panorama 68% dos administradores afirmam que a contabilidade atende as necessidades da empresa, 32% alegam que não se sentem satisfeitos com os serviços contábeis e que o acesso as informações contábeis é dificultado.

Quanto às demonstrações recebidas, 76% dos empresários afirmaram que o contador fornece o Balanço patrimonial pelo menos uma vez ao ano, 70% receberam a Demonstração de Resultado do Exercício, 54% a Demonstração do Fluxo de Caixa e apenas 24% tiveram acesso a Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido. Percebe-se que boa parte das empresas entrevistadas não tiveram acesso ou não tem conhecimento a respeito dos relatórios contábeis básicos.

Tabela 5 – Disponibilidade dos relatórios contábeis.

Relatório Fornecidos	SIM	%	NÃO	%
Balanço patrimonial	38	76%	12	24%
Demonstração de resultado do exercício	35	70%	15	30%
Demonstração de mutação do patrimônio líquido	12	24%	38	76%
Demonstração do fluxo de caixa	27	54%	23	46%

Fonte: (Elaboração própria).

Tabela 6 – Sistemas de controles utilizados em MPE.

Controles utilizados pela administração	Possui sistema de controle?				Fornecido pela Contabilidade?			
	SIM	%	NÃO	%	SIM	%	NÃO	%
Fluxo de Caixa	47	94%	3	6%	14	28%	36	72%
Controle de contas a pagar	47	94%	3	6%	4	8%	46	92%
Controle de valores a receber	45	90%	5	10%	6	12%	44	88%
Controle sobre prazos de vendas	38	76%	12	24%	1	2%	49	98%
Controle de estoque	46	92%	4	8%	10	20%	40	80%
Administração do ciclo operacional	36	72%	14	28%	3	6%	47	94%
Formulação de preço de venda	50	100%	0	0%	7	14%	43	86%
Avaliação do resultado do exercício	42	84%	8	16%	27	54%	23	46%

Fonte: (Elaboração própria).

A pesquisa também revelou que os gestores, em sua maioria, utilizam instrumentos de controle no processo decisório. Os controles geralmente são desenvolvidos pelo próprio gestor da empresa e raramente utilizam as informações contábeis para auxiliá-los no entendimento da realidade da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou entender como as informações contábeis é utilizada na realidade das Micro e pequenas empresas em Taguatinga-DF. Com esse intuito objetivou-se apresentar as definições de Micro e pequenas empresas, compreender sua relevância econômica, as principais razões para o nível de mortalidade apresentado, perceber a importância dada pelo gestor às informações contábeis e os métodos de controles utilizados na empresa.

As definições de MPE apresentadas são diversas, entretanto é usual a sua classificação pela receita bruta e pelo número de empregados. Os pequenos negócios mostraram também relevância na geração de renda e empregos, sendo a má gestão um dos principais motivos de falência no segmento.

A resposta à questão central do presente estudo foi apresentada pela pesquisa de campo e corrobora com o perfil encontrado nos estudos apresentados na pesquisa bibliográfica. O questionário é subdividido em três partes: perfil da empresa, perfil do gestor e nível de utilização da contabilidade.

O perfil das empresas entrevistadas registrou que as entidades possuem em média 9 anos de mercado, sendo a maioria atuantes no comércio. Observou-se uma forte adesão ao sistema de tributação SIMPLES Nacional. Encontrou-se também uma maior participação de Micro empresas.

Quanto ao perfil dos gestores percebeu-se que a gestão é centralizada na figura do proprietário da empresa e que estes apresentam em média 13 anos de experiência como administrador.

O nível de utilização das informações contábeis, parte central do questionário, revelou que os gestores, em sua maioria, as utilizam apenas para atendimento legal. Todos os respondentes afirmaram utilizar informações contábeis para atendimento das normas vigentes, indicando o comprometimento dos empreendedores em manter a regularidade fiscal. Entretanto, apenas 42% afirmaram utilizar as informações contábeis para fins gerenciais, 4% afirmaram utilizar as informações junto a fornecedores e a mesma proporção utiliza para operações bancárias.

Cabe observar que ao serem questionados a respeito da relevância da contabilidade para a administração 30% afirmaram que a contabilidade é muito relevante para gestão

empresarial, 46% responderam que é relevante e 24% se mostraram indiferentes, o que de fato contrasta com os dados levantados quanto à finalidade dos relatórios contábeis. Dos entrevistados 68% responderam que a contabilidade atende as necessidades da empresa.

O item “nível de utilização da contabilidade” apresentou ainda a frequência de recepção dos relatórios contábeis e informações a respeito das formas de controles internos. Dos entrevistados 76% afirmam ter recebido o balanço patrimonial dos contadores, 70% receberam a Demonstração de resultados do exercício, 24% a Demonstração de mutação do patrimônio líquido e 54% o fluxo de caixa. Considerando os dados apresentados entendemos que se faz necessário pesquisar mais a fundo a recepção dos relatórios contábeis de forma a se perceber deficiências com relação à contabilidade financeira nas MPE.

Referente aos controles internos, grande número de gestores responderam possuir instrumentos de gestão de Fluxo de Caixa, contas a pagar, valores a receber, prazos de vendas, estoques, ciclo operacional, preço de venda e resultado exercício. Porém, geralmente, esses controles são de formulação própria, demonstrando que as informações apresentadas pelos contadores são pouco utilizadas no processo de gestão das micro e pequenas empresas.

Dessa forma entende-se que as informações contábeis fornecidas pelos contadores geralmente são utilizadas nas micro e pequenas empresas visando o atendimento legal, deixando a sua utilização na gestão empresarial em segundo plano.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR FILHO, Valentin. **O uso da contabilidade gerencial na gestão econômica e financeira de micro e pequenas empresas:** um estudo sobre empresas comerciais do município de Imperatriz (MA) 2013. 91 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.
- ALBUQUERQUE, Eliza Maria Nascimento. **O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas em Manaus (AM).** 2011. 80 p. Dissertação (Pós-Graduação *Stricto sensu* em Contabilidade e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2011. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2829/1/ELIZA%20MARIA%20NASCIMENTO%20ALBUQUERQUE.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- ALBUQUERQUE, Alexandre Farias. **Gestão estratégica das informações internas na pequena empresa:** estudo comparativo de casos em empresas do setor de serviços (hoteleiro) da região de Brotas-SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-10082004-110724/pt-br.php>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BARROS SOBRINHO, José Cezário Menezes Barros. **O uso de informações contábeis como diferencial competitivo na redução do custo financeiro em pequenas empresas brasileiras.** 2001. 109 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Curso de Mestrado Executivo, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/3895>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- BOAVENTURA, Wilson Roberto. **A contabilidade gerencial e a micro e pequena empresa:** estudo de um sistema de registros e informações. 2003. 142 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado UNIFECAP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/tede/591>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BNDES. Guia – Quem pode ser cliente. 2016.

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>.

Acesso em: 4 dez. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.780, de 14 de abril de 1980. Concede isenção do imposto sobre a renda às empresas de pequeno porte e dispensa obrigações acessórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1780.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. 2016.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984**. Estabelece Normas Integrantes do Estatuto da Microempresa, Relativas ao Tratamento Diferenciado, Simplificado e Favorecido, nos Campos Administrativo, Tributário, Previdenciário, Trabalhista, Creditício e de Desenvolvimento Empresarial. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7256.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994**. Estabelece normas para as microempresas (ME), e Empresas de Pequeno Porte (EPP), relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista; creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8864.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9317.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999**. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9841.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CARNEIRO, Juarez Domingues; DALI'AGNOL, Roberto Mauro. A consultoria em gestão realizada pelo contabilista como alternativa de redução da mortalidade das MPE. **Revista Catarinense da Ciência Contábil do CRCSC**, v. 4, n. 10, p. 9-23, dez./mar. 2005.

CARVALHO, José Ribamar Marques de; LIMA, Maria das Dores. Práticas gerenciais em MPE's do comércio de confecções da Cidade de Sousa – PB. 2011. 68 p. **REPeC Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 48-68, set./dez. 2011.

Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/viewFile/191/359>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico PME**: contabilidade para pequenas e médias empresas. 2009. Disponível em:

<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/CPC_PME.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.374/11**. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE; SEBRAE. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5. ed. Brasília: CFC; SEBRAE, 2002.

Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ManuMicro.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CUNHA, Adriano Sergio da; SOARES, Thiago Coelho. Aspectos relevantes do planejamento no crescimento das micro e pequenas empresas (MPE). **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 4, n. 3, p. 15-39, set./dez. 2010.

ERCOLIN, Carlos Alberto. **Fatores financeiros determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas**. 2007. 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo Atlas. 2013.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E.W.; BREWER, P. C. **Contabilidade gerencial**. 14. ed. Local: AMGH, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALL, Rosemar José et al. **Contabilidade como uma ferramenta da gestão: um estudo em Micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados–MS**. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo, v. 6, n. 3, 2012.

HENRIQUE, Marco Antônio. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa**. 2008. 80 f. Monografia (Especialização em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté-SP, 2008. Disponível em:

<<http://www.engwhere.com.br/empreiteiros/A-Importancia-da-Contabilidade-Gerencial-para-Micro-e-Pequena-Empresa.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001**. IBGE: Rio de Janeiro, 2003. (Estudos e pesquisas: informação econômica). Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. A dimensão física das pequenas e médias empresas (P.M. E'S: à procura de um critério homogeneizador. **Revista de Administração de Empresas** (ERA/FGV), São Paulo, v. 31, n. 2, p. 53-59, abr./jun, 1991.
- LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 91-94, abr./jun. 1999.
- MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2004.
- MARION, Jose Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, Jose Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARION, José Carlos; SOARES, Adenilson Honorio. **Contabilidade como instrumento para tomada de decisões: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2000.
- MIGLIOLI, Afrânio Maia. **Tomada de decisão na pequena empresa: estudo multi caso sobre a utilização de ferramentas informatizadas de apoio à decisão**. 2006. 107 p. Dissertação (Mestrado em engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MONTEIRO, José Morais; BARBOSA, Jenny Dantas. Controladoria empresarial: gestão econômica para as micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 2, p. 38-59, maio/ago., 2011.
- MOTTA, Flávia Gutierrez. **Fatores condicionantes na adoção de métodos de custeio em pequenas empresas: estudo multicascos em empresas do setor metal-mecânico de São Carlos – SP**. 2000. 194 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.
- NUNES, Kaline Di Pace; MIRANDA, Luiz Carlos; FERREIRA, Kátia Alessandra da Silva. Dura lição: aprendendo com os pequenos empresários que fecharam seus negócios. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 4, n. 2, p. 48-63, 2010.
- OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; MULLER, Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshio. A utilização das informações geradas pelo Sistema de Informação Contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3, n. 3, p.1-12, st./dez., 2000.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. 5 ed. São Paulo Atlas. 2007.
- PALMA, Daniel Azevedo. **Perfil da relação profissional entre as empresas de serviços contábeis (ESC) e a Micro e Pequena Empresa (MPE)**. 2005. 126 p. Dissertação (Mestrado

em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteadó – UNIFECAP, São Paulo, 2005. Disponível em:

<http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/596/1/Daniel_Azevedo_Palma.pdf>. Acesso: 21 nov. 2016.

QUEIROZ, Luziana Maria Nunes de. **Investigação do uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas da região do Seridó Potiguar**. 2005. 140 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-regional em Ciências Contábeis, UnB, UFPB, UFRN, Natal-RN, 2005. Disponível em:

<http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_060.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. 2016. **Revista Ambiente Contábil**, Natal-RN, v. 8., n. 1, p. 153-186, jan./jun. 2016.

SEBRAE. **A evolução das microempresas e empresas de pequeno porte de 2009 a 2012:**

Brasil. Brasília: Sebrae, 2014a. (Estudos e pesquisas). Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/\\$File/5175.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/$File/5175.pdf)>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. 2007.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**,

Brasília: Sebrae, 2014b. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. 2016.

SILVA, Cíntia do Nascimento. **Conte comigo!** Características da consultoria contábil aos pequenos negócios. 2015. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-

Graduação em Controladoria e Contabilidade, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18012016-161033/>>.

Acesso em: 21 nov. 2016.

SILVA, Manuel Soares da. **Utilidade da informação contábil para tomada de decisões:** um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e

Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, UnB, UFPB, UFRN, João Pessoa-

PB, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7351>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

STROEHER, Ângela Maria. **Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas.** 2005.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRS/UNIVATES, Porto Alegre, 2005.

Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/gianti/files/orientacao/mestrado/defesa/pdf/42_dissertacao_angela.pdf>.

Acesso em: 16 nov. 2016.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração eletrônica**, São Paulo, v. 1, n.

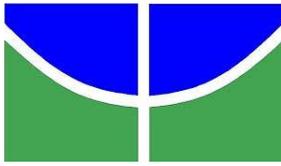
1, jan/jun, 2008. Disponível em: <

http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf>. Acesso em: 21 nov.

2016.

VOX POPULI. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE Distrito Federal 2005.** 2007.

APÊNDICE 1 – Questionário utilizado na pesquisa para captação de dados



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Disciplina: Pesquisa em Ciências Contábeis
Orientador: Prof. Elivânio G. de Andrade
Aluno: Matheus Lara de Souza

Perfil da empresa:

I – Há quanto tempo a empresa exerce suas atividades? (Em anos)

II – Em qual setor econômico a empresa atua?

Comércio Serviços Indústria

III – Qual o número de empregados trabalhando na empresa?

- Até 5 empregados
 6 a 19 empregados
 20 empregados ou mais

IV – Qual a receita bruta anual da empresa?

- Até R\$ 60 mil
 Entre R\$ 60 mil e R\$ 360 mil
 Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões
 Superior a R\$ 3,6 milhões

V – Qual o regime de tributação adotado pela empresa?

Lucro Real Lucro Presumido Simples Não informado

Perfil do gestor:

I – O proprietário é o responsável pela administração?

Sim Não

II – Há quanto tempo o gestor atua em atividade empresaria?

Nível de utilização da contabilidade:

I – Os relatórios fornecidos pela contabilidade geralmente atendem qual finalidade?

- () Atendimento legal; Governo
 () Fornecedores
 () Administração da empresa
 () Bancos
 () Outros

II – Com relação à importância para a administração da empresa, a contabilidade é:

- () Muito relevante
 () Relevante
 () Indiferente

III – A contabilidade da empresa atende as necessidades da empresa?

- () Sim () Não

IV – Assinale os relatórios contábeis fornecidos pela contabilidade.

Relatório	Sim	Não
Balço patrimonial		
Demonstração de resultado do exercício		
Demonstração de mutação do patrimônio líquido		
Demonstração do fluxo de caixa		

V – Com relação aos controles utilizados pelo administrador da empresa, assinale:

Controles utilizados pela administração	Possui sistema de controle?		Fornecido pela Contabilidade?	
	Sim	Não	Sim	Não
Fluxo de Caixa				
Controle de contas a pagar				
Controle de valores a receber				

Controle sobre prazos de vendas				
Controle de estoque				
Administração do ciclo operacional				
Formulação de preço de venda				
Avaliação do resultado do exercício				